

O AMOR NA LINHA DE FRENTE: SOLIDARIEDADE LGBTI+ NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Briefing PET/TEPP do IRI (Jun/2020), *Gabriel Rieche Estill*

RESUMO

Este *briefing* apresenta a proteção de pessoas da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti e Intersexo (LGBTI+), em especial pessoas transexuais e travestis, durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil. Após uma breve introdução dos direitos LGBTI+ no Brasil, contribuições teóricas no campo das Relações Internacionais (RI) e política internacional são abordadas para lançar luz ao contexto social brasileiro e, uma vez apresentada a vulnerabilidade social durante o período pandêmico, foca-se na atuação de ativistas e iniciativas LGBTI+ para a garantia da implementação dos Direitos Humanos. Assim, foi possível concluir que a omissão estatal na gestão da pandemia do novo coronavírus em relação a comunidade LGBTI+ torna essencial o trabalho de casas de acolhimento e de ONGs LGBTI+ na promoção de solidariedade, amor e empatia.

INTRODUÇÃO: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS LGBTI+

As pautas de gênero e sexualidade passam a ocupar a arena internacional a partir dos anos 90, dando início ao movimento por direitos sexuais (Garcia e Parker, 2006). Em um primeiro momento, forças políticas conservadoras ao redor do mundo se articulam para frear o movimento, mas com o passar do tempo, a comunidade internacional passa a entender os direitos sexuais e os direitos para pessoas da comunidade LGBTI+ igualmente tuteláveis na esfera dos Direitos Humanos.

No Brasil, os direitos LGBTI+ avançam no âmbito legislativo em especial durante a década de 2010. Exemplos disso são a garantia de direitos como o casamento homoafetivo igualitário pela Resolução Nº 175 do Conselho Nacional de Justiça de 14 de maio de 2013, e os direitos ao nome social e ao reconhecimento da

NÚCLEO DE PESQUISA EM REFÚGIO & DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Refúgio & Desenvolvimento (NPR&D) convergiu as linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio.

Financiado pelo Ministério da Educação (PET) e pela PUC/Rio (TEPP), o Programa de Educação Tutorial do IRI foi criado para promover a formação em pesquisa. Tem como foco a atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais nos amplos campos de mobilidade, desenvolvimento e direitos humanos.

Os briefings são fruto do valioso apoio das bolsas PET e TEPP.

Mais informações em www.pet-iri.com.

Tel.: 3527-1557.

O PET do IRI/PUC-Rio foi estabelecido em 2013.



identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional assegurado pelo Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. As políticas seguem os Princípios de Yogyakarta¹ sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios de Yogyakarta definem:

I - Orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas: e

II - Identidade de gênero a profundamente sentida, experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 6)

Porém, apesar dos avanços conquistados na última década, desde o governo de Michel Temer em 2016, o Brasil vem se afastando das pautas gênero e sexualidade tanto em âmbitos domésticos quanto internacionais. A eleição de Jair Bolsonaro à presidência brasileira em outubro de 2018 acentua o retrocesso na garantia de Direitos Humanos em geral, e em especial para pessoas LGBTI+. Isso porque, como apontado no relatório mundial 2020 da *Human Rights Watch*, o governo Bolsonaro orientou seus diplomatas a defenderem que a palavra “gênero” significa “sexo biológico: masculino ou feminino”, além de o presidente dizer que o Brasil não deveria se tornar um "paraíso do turismo gay" e que as famílias são apenas aquelas constituídas por um homem e uma mulher. Portanto, é clara a postura anti-LGBTI+ adotada pelo governo eleito, fortalecendo um ciclo de violência discursivo e material já existente, visto que o Brasil registrou 420 casos de assassinatos de homossexuais em 2018, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia e, entre 2008 e junho de 2016, 868 travestis e transexuais perderam a vida de forma violenta de acordo com a ONG *Transgender Europe*.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

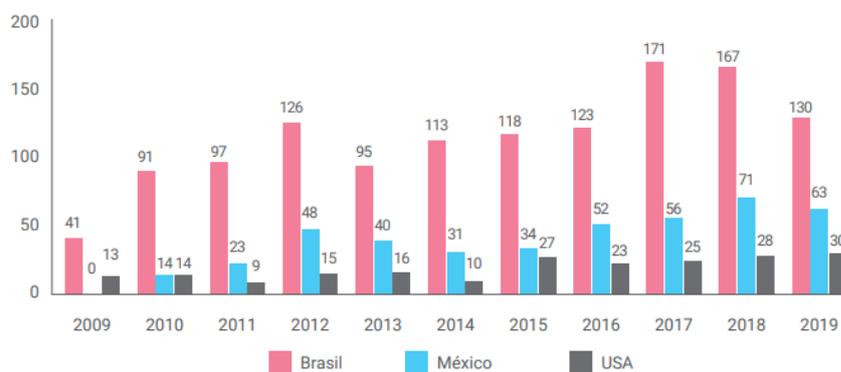
No campo teórico das RI, a autora Cynthia Weber, em *Queer International Relations* (2016), explora como o neoliberalismo e abordagens para Direitos Humanos são capazes de subjetivar identidades LGBTI+ no sentido dicotômico. Assim, a partir de discursos e práticas no campo político local e internacional, configuram-se figuras como o “gay detentor de direitos” em contraposição ao “gay degenerado”, em que o primeiro se adequa à lógica doméstica de consumo e reprodução familiar e se integra ao projeto neoliberal despolitizado, enquanto o segundo representa por si só uma ameaça ao desenvolvimento nacional por não se enquadrar na linha evolutiva moderna, que por sua vez resulta em padrões heteronormativos de reprodução social a partir do núcleo familiar. Nesse sentido, o “gay degenerado” é regido pela necropolítica, uma vez que

¹ Os Princípios de Yogyakarta são frutos de reuniões internacionais de ativistas LGBTI+ e abordam um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Apesar de não serem incorporados oficialmente em convenções ou resoluções internacionais, o Brasil foi o primeiro país a explicitamente citá-los na formulação de políticas para a comunidade LGBTI+.

se apresenta em uma lógica dissidente à neoliberal, passando a ser entendido como inimigo do desenvolvimento nacional, tendo sua morte percebida como justificada (Weber, 2016).

Apesar de Weber (2016) não tratar especificamente de identidades como as de pessoas trans e travestis, é possível aproveitar suas contribuições e aumentar o escopo identitário abordado. Isso porque, entendendo a contribuição *queer* como aquela antinormativa e não dicotômica, as especificidades locais contextualizadas a partir de experiências transvestigêneres² nos permitem perceber que essas narrativas são tão regidas pela necropolítica quanto às do “gay degenerado”, figurado pela autora. No Brasil, a expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional, além de o país liderar o número de assassinatos de pessoas trans e travestis no mundo. Dados do projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM) revelam que entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2019, foram assassinadas 3.314 pessoas trans ao redor do mundo, sendo 2.608 casos na América Latina e 61% delas profissionais do sexo. Desde o início do levantamento, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. O gráfico abaixo, desenvolvido pela Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra) apresentam dados comparativos da referida pesquisa, entre Brasil, México e Estados Unidos, os três países com mais casos reportados no mundo.

Tabela 1: Levantamento de assassinatos pelo Transgender Europe, organizados pela Antra.



Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>.

Nesse contexto, em concordância com a abordagem feita por De Picq e Thiel em *Sexualities in World Politics* (2015), perspectivas LGBTI+ podem lançar luz sobre experiências invisibilizadas na política global, revelando que as periferias da política mundial são capazes de colaborar com o cosmopolitanismo, além de desafiar ordens heteronormativas e papéis de gênero e sexualidade (PICQ, 2015, p. 108). Por isso, faz-se necessário ressaltar a atuação de lideranças LGBTI+ de base para compreender que contribuições são possíveis na formulação de políticas públicas inclusivas, tanto a partir de sua atuação local, como de suas redes de *advocacy* nos planos locais e internacionais. Assim, é possível compreender suas motivações e

² O termo *transvestigênera* é evocado por trans-ativistas para englobar travestis, transexuais e transgêneros de maneira única.

revoltas, demonstrações de afeto em meio à violência, e como a luta pelo direito de amar e de existir pode mover estruturas.

As casas de acolhimento LGBTI+ representam o amor capaz de mudar as ordens sociais que oprimem aqueles expulsos das casas de suas famílias por conta do preconceito, e demonstram que essas pessoas têm sua identidade e singularidade respeitadas pela comunidade que as acolhe. Suas sementes são a exclusão e o sofrimento, mas os frutos são o amor e a empatia. Arvind Narrain, em *Queer Love* discorre sobre como esse amor compartilhado pode promover mudanças. Ele diz: “Ao desafiar esses códigos sociais, esses amantes estão tornando a ordem social mais permeável e lançando as bases para um mundo mais igualitário onde diferenças de raça, religião e casta deixarão de ser relevantes” (NARRAIN, 2019, p. 286).

Por fim, o avanço da *social networking* (Ronfeldt, 2005), isto é, a incorporação das redes (virtuais e reais) na organização social, representa uma oportunidade para catalisar redes de solidariedade. Isso porque, na era informacional digital, as redes sociais e o ambiente virtual se tornam terreno fértil para o fortalecimento da atuação de ONGs em diálogo com a sociedade civil, além de potencializar a comunicação inter-regional. No caso do Brasil, a atuação da Antra revela como é possível conectar iniciativas locais em diferentes regiões e estados brasileiros, além da livre circulação de informação (Castells, 2004). Além disso, a captação de recursos a partir de doações *on-line* se tornaram grande fonte de sustento para casas de acolhimento LGBTI+ no contexto da pandemia do novo coronavírus, declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse contexto, ações de arrecadação que fazem convergir instâncias civis, internacionais e não-governamentais consagram um novo tipo de ativismo, atravessado por demonstrações virtuais de solidariedade.

VULNERABILIDADE SOCIAL E PANDEMIA

No dia 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia do novo coronavírus. As medidas de prevenção incluem o uso de máscaras, limpeza constante das mãos, e, principalmente, o isolamento social. Devido à alta transmissibilidade e rápida disseminação do vírus ao redor do mundo, difunde-se a ideia de que seu contágio seria democrático, pois todos estariam igualmente sujeitos a contraí-lo devido a seu contágio aéreo. Porém, o novo coronavírus demonstra que as populações em condições de vulnerabilidade social estão mais propensas a contraí-lo e, por conta da falta de acesso a serviços de saúde e da sobrecarga dos hospitais públicos, também estão mais suscetíveis a morrer.

No caso da população LGBTI+ no Brasil, a pandemia apresenta um risco dobrado. Em 25 de março de 2020, a Aliança Nacional LGBTI+ lançou uma nota explicitando as complicações sociais e financeiras a serem enfrentadas na crise, além de cobrar por políticas públicas que atendam às necessidades daqueles em vulnerabilidade:

“...a população LGBTI+ do Brasil, tomando por base os dados da PNAD do IBGE, está distribuída por todas as classes econômicas, e assim a maior parte desse segmento vive em situação de pobreza ou extrema vulnerabilidade social e econômica. O que já nos preocupava antes: as violências, discriminações, negações de direitos e a situação de pobreza da população LGBTI+, especialmente pessoas trans e não-binárias, a pandemia do coronavírus trouxe mais outro problema: a sobrevivência econômica deste segmento populacional, já que a sua maioria vivenciam situação de trabalho precário, trabalho informal e/ou não tem trabalho algum, fazendo bico em diversas áreas ou trabalho sexual.”

O jornal britânico *The Guardian* publicou, em 21 de maio de 2020, uma matéria relatando a realidade de pessoas trans e travestis no Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus. Como informado pela Antra, 90% das mulheres trans e travestis têm a prostituição como fonte de renda e, em muito dos casos, não possuem moradia fixa, configurando alta vulnerabilidade social e risco de contaminação e morte pelo novo coronavírus. Stéfany Gonçalves, de 26 anos, compartilha suas dificuldades na matéria: “É muito difícil, porque não tem quase ninguém na rua... Eu trabalho como prostituta, então o que acontece? É terrível. Eu ainda saio, eu ainda faço sexo, porque se não, vou morrer de fome.” Essa é uma das muitas histórias de mulheres trans e travestis deixadas à margem da sociedade brasileira, sem políticas públicas de sustento, sem auxílio governamental. Rejeitadas pelas famílias, elas têm a si mesmas para se apoiar.

Além disso, o 3º Boletim de monitoramento de assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2020 desenvolvido pela Antra demonstra um aumento de 39% no número de assassinatos durante o primeiro semestre de 2020 em relação à 2019. Ou seja, mesmo em um cenário de isolamento social e de pandemia, os assassinatos não cessam e a população trans e travesti se vê cada vez mais vulnerável perante a sociedade.

Tabela 2: Assassinato de pessoas trans no 1º semestre de 2020 organizado pela Antra



Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>

Levando em consideração todos os fatores supracitados, a atuação de ONGs e de casas de acolhimento têm tomado a linha de frente para suprir as necessidades da comunidade LGBTI+ em situação de risco e de vulnerabilidade social durante a pandemia. Ativistas como Indianarae Siqueira, Bruna Benevides e

Andréa Brazil estão lutando em níveis locais e nacionais para garantir a sobrevivência dessas pessoas, em parceria com a Antra, instâncias da sociedade civil, além de setores privados e alguns setores do poder público.

“A solidariedade sempre foi, é e sempre será nosso melhor remédio e nossa melhor resposta.” – Indianarae Siqueira

A SOLIDARIEDADE É O CAMINHO

Em abril de 2020, diante da crise do novo coronavírus, a Antra e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABLGT) lançaram o Mapa da Solidariedade. Nele, estão contidas 32 iniciativas locais emergenciais de apoio a pessoas LGBTI+ espalhados em 14 estados do Brasil (AM, AL, BA, DF, ES, MG, MS, RJ, RN, SP, PA, PB, PE e SE), além de informações de contato como redes sociais e telefones. Demonstra-se, assim, a importância da formação de redes solidárias, pois estas servem não só de instrumento de amparo à população LGBTI+ brasileira, mas também trazem relevância e protagonismo a empreendimentos de ativismo locais.

Dada a conjuntura pandêmica e a importância de redes de solidariedade, a campanha “LGBTs Contra o Coronavírus” da ONG internacional *All Out* inaugura, em abril, a primeira ação conjunta da Rede Brasileira de casas de acolhimento LGBTI+ (REBRACA LGBTI+). Através da campanha, mais de R\$ 50 mil foram levantados para 12 casas de acolhimento LGBTI+ em sete estados do Brasil, conferindo cerca de R\$ 5 mil para cada casa. A campanha contou com doações de 564 pessoas, e com uma doação de R\$ 12 mil do Fundo FICA, organização civil que atua em prol da acessibilidade de moradia e propostas alternativas ao mercado especulativo no Brasil.

A REBRACA LGBTI+, por sua vez, foi concebida por meio de um grupo de *WhatsApp* convocado por Indianarae Siqueira, liderança histórica no trans-ativismo brasileiro e fundadora da Casa Nem, no Rio de Janeiro. Em entrevista para a formulação desse *briefing*, Indianarae ressalta que sua experiência no combate e prevenção ao HIV a partir dos anos 1980 a pôs em alerta que era questão de tempo para o novo coronavírus chegar ao Brasil. Nesse contexto, ela de pronto entendeu a importância de fortalecer a comunidade LGBTI+ e a população vulnerável, como profissionais do sexo, pessoas sem-teto, e seus animais de rua. Indianarae compartilha a informação de que mais de 2.300 cestas básicas foram distribuídas para a população em vulnerabilidade social.

A Casa Nem, descrita por Indianarae como uma utopia, é fruto de uma ocupação em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro e assume uma organização e formação política anarco-comunista. Por fazer parte da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (Fist), a atuação da Casa não se restringe à comunidade LGBTI+. Durante a pandemia, por exemplo, a equipe voluntária tem distribuído cestas básicas para a população sem-teto, além de ração para seus animais e kits de higiene. Além disso, a Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro também contribuiu com a distribuição de 350 cestas básicas, e a Secretaria

Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) disponibiliza vans para o grupo realizar as entregas.

Além disso, a Casa Nem também investiu financeiramente no ateliê da Capacitrans RJ – empreendimento ainda a ser destacado nesse *briefing* – e do EcoModas (pertencente ao Empório Almir França, no Rio de Janeiro). O Ateliê de Modelagem Corte e Costura da Casa Nem arrecadou mais de R\$ 12 mil para comprar materiais para que pessoas da comunidade LGBTI+ produzissem mais de cinco mil máscaras, recebendo R\$ 800,00 para o serviço. Além disso, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e com a Cáritas, a Casa Nem irá participar da produção de 6.800 máscaras, em que 34 pessoas da comunidade LGBTI+ e 30 moradoras da Vila Mimosa (SP), indicadas pela Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa (AMOCAVIM), receberão também R\$ 800,00 pelo serviço de produção.

A Casa Nem também não cessou os acolhimentos durante a pandemia, mas reservou um andar do prédio ocupado para que os novos chegados se isolem durante 14 dias como recomendado pela OMS. A continuidade do acolhimento durante a pandemia é ainda mais importante, pois para pessoas LGBTI+, o convívio familiar pode ser violento e preconceituoso, tornando impraticável o isolamento social em suas casas. Nesse sentido, demonstra-se que o acolhimento e a empatia são capazes de mobilizar forças sociais capazes de prover para comunidades carentes, em tempos de agravamento das desigualdades. Indianarae afirma:

“São pessoas que estavam em uma situação de vulnerabilidade, foram acolhidas, entenderam que a comunidade agora precisa de ajuda e estão devolvendo a ajuda que receberam.”

Na tentativa de promover oportunidades de trabalho para a comunidade trans, a CapacitransRJ Empreendedorismo, idealizada e fundada por Andréa Brazil, atua formando turmas especializadas em costura, produção e consultoria em moda e empreendedorismo, inserindo pessoas marginalizadas no mercado de trabalho. Em 2019, duas turmas de profissionais se formaram, contabilizando 55 pessoas trans beneficiadas pelo projeto. Com a pandemia do novo coronavírus em 2020, é lançada a campanha “Tecido Pela Vida”, um projeto de produção e distribuição de máscaras administrado pela Capacitrans. Através de uma plataforma *online*, doações são recolhidas e o lucro advindo das vendas serão revertidos para as mulheres e homens trans produtores. Além disso, a cada R\$20,00 recolhidos na campanha, uma máscara será doada a casas de acolhimento LGBTI+. Assim, cria-se uma economia solidária dentro da comunidade LGBTI+, em que o dinheiro arrecadado é reinvestido e retorna tanto à população em vulnerabilidade social, como àqueles que estão garantindo sua sobrevivência.

Em entrevista para a formulação desse *briefing*, Ana Cláudia (21), estudante de Segurança Pública e Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), voluntária no Grupo Diversidade Niterói (GDN) desde 2017 e diretora da Coordenadoria de Combate à Violência LGBTI+, conta que o trabalho de ONGs é necessário, ainda que não seja fácil. O GDN vem prestando auxílio com a distribuição de cestas básicas e de

kits higiênicos para pessoas da comunidade LGBTI+ em vulnerabilidade social. A inscrição para receber os itens ocorre por meio de um formulário *on-line*, e o critério de prioridade se dá a partir de indicadores sociais de vulnerabilidade: gênero, raça, atividade laboral e situação de moradia.

Além disso, o GDN, assim como a Casa Nem, conta com auxílio jurídico e psicológico. Isso porque, Ana Cláudia relata, é preciso cobrir uma gama de obstáculos para que os auxílios cheguem às pessoas necessitadas. O GDN é referência no estado do Rio de Janeiro, e por isso recebe pedidos de auxílio em cidades além de Niterói, como São Gonçalo, Rio Bonito, Maricá e Itaguaí. Mesmo assim, independentemente do local, o critério de entrega é o mesmo. Porém, muitas vezes os solicitantes não têm condições financeiras para o deslocamento até Niterói, e se estão contaminados com o novo coronavírus, não recorrem a hospitais devido ao preconceito e dificuldade de acesso, em especial pessoas trans e travestis. Mesmo assim, na terceira semana de junho (2020), a atuação do GDN se resume em:

Pouco mais de 300 cestas básicas; Cerca de 50 kits higiene; Auxílio psicológico (remoto); Auxílio judicial (remoto); Acolhimento social (remoto); Mediação de conflitos (remoto).

Esses dados foram fornecidos por Ana Cláudia e estão disponíveis nas redes sociais do GDN. Todos os resultados atingidos partem do trabalho de voluntários e de doadores, uma vez que não há financiamento público ou privado para a ONG, configurando talvez o maior desafio enfrentado. Além disso, devido à urgência e ao volume das demandas recebidas, o GDN não possui um banco de dados com as informações concentradas, apesar de estarem disponíveis. Vale ressaltar que a Prefeitura de Niterói conta com o Centro de Cidadania LGBT Leste, que presta apoio à população LGBTI+ pelas vias oficiais governamentais, mas não distribui auxílios como cesta básica e kits de higiene.

Integra e dirige o GDN a primeira mulher trans na ativa da Marinha Brasileira, Bruna Benevides, secretária de articulação política da Antra. Em 15 de junho de 2020, foi anunciado uma parceria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (MP-RJ) por meio do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos (Nudiversis) com a Antra, o Instituto de Estudos da Religião (ISER) e o Instituto Unibanco (IU). O “Projeto Comunidade, Presente! (TransAção)” consiste na distribuição de 150 bolsas a título de auxílio emergencial de R\$ 210,00 para travestis e mulheres transexuais por três meses, referentes a maio, junho e julho. O GDN é responsável pela elaboração do formulário e pela apresentação dos dados das 150 pessoas contempladas pela iniciativa. Bruna Benevides destaca que:

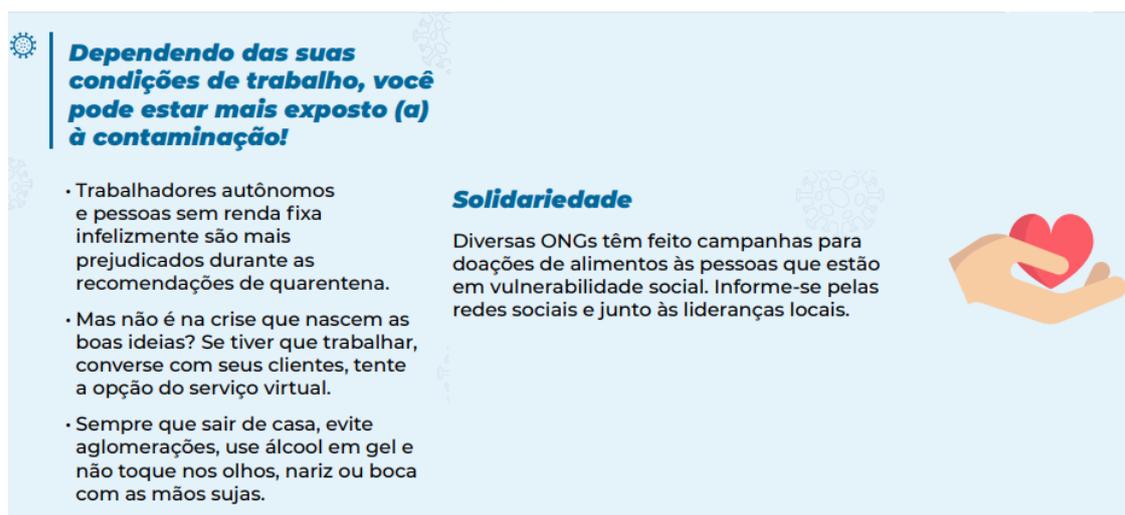
O projeto contribui para a autonomia dessas pessoas, para a sua sobrevivência, para que elas possam comprar o que precisam, desejam e para que elas possam não morrer de fome. Para que elas possam ter dignidade. E contribui principalmente para que elas saibam que não estão desamparadas, que há pessoas e instituições sérias e comprometidas com o enfrentamento do racismo e da transfobia com atitudes antitransfobia.

Esse projeto, especificamente, reúne atores da sociedade civil (ISER e Antra), assim como o setor bancário (IU) e instituições públicas (Nudiversis, MP/RJ), em um esforço conjunto para garantir a dignidade humana e o acesso a direitos básicos como a alimentação. A ausência de políticas públicas e programas

governamentais agrava o cenário discriminatório contra travestis e mulheres trans, privando-as de direitos fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira. Torna-se claro, portanto, que há omissão no cumprimento e na implementação de Direitos Humanos por parte das vias governamentais, fazendo com que esferas privadas e individuais se tornem responsáveis pelo bem estar coletivo e pela promoção das diretrizes presentes no Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, no dia 31 de março de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou uma cartilha com informações sobre a prevenção do novo coronavírus direcionada à população LGBTI+. Apesar das informações e recomendações da cartilha serem válidas, em favor ao isolamento social, muitas delas não se transpõem para a realidade de profissionais do sexo, por exemplo, além daqueles que vivem sob a ameaça de violência dentro do próprio núcleo familiar. Ademais, ao final da cartilha, o próprio MMFDH ressalta o protagonismo de ONGs em campanhas humanitárias para a sobrevivência da comunidade LGBTI+.

Figura 1: Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos: Cartilha “Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?”



Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/Corona_banner_LGBT.pdf

Além dessa cartilha, o MMFDH, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), lançou também uma campanha para refugiados LGBTI+ durante a pandemia. O programa consiste em uma cartilha com informações sobre o novo coronavírus e direitos para refugiados LGBTI+ e está disponível em inglês, espanhol e francês, além da divulgação de serviços de amparo em São Paulo e do mapa de solidariedade desenvolvido pela Antra. Em que pese as ações governamentais mencionadas, nota-se que o amparo à população LGBTI+ ainda não é suficiente, pois é clara a falta de campanhas concretas e de ações humanitárias por parte do MMFDH.

Anterior à divulgação da cartilha por parte do MMFDH, a Antra divulgou em março uma cartilha de 24 páginas com recomendações para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos do novo coronavírus. Isso porque, dada a alta porcentagem de mulheres trans e travestis nesse ramo e suas condições de vulnerabilidade, torna-se impraticável não trabalhar durante a pandemia. Levando em consideração a realidade laboral, pode-se dizer que a cartilha da Antra contém informações mais práticas e próximas da

realidade daquelas que não têm como praticar o isolamento voluntário e precisam continuar indo às ruas para sobreviver.

Dada a situação crítica da população vulnerável durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil e a má gestão pública da crise, a Antra assina em 14 de maio de 2020 a campanha “Nossas Vidas Importam” da Anistia Internacional Brasil, juntamente com outras 34 instituições parceiras. Trata-se de uma agenda pactuada com sete grupos de medidas a serem tomadas pelas autoridades como resposta emergencial ao novo coronavírus para população em situação de vulnerabilidade social. Durante a campanha, a Anistia Internacional e seus parceiros realizarão pressão direta para que as autoridades possam tomar medidas úteis e urgentes à população mais vulnerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que avanços necessários e significativos tenham sido feitos no âmbito legislativo brasileiro na última década, observa-se que ainda há um longo caminho para que os Direitos Humanos sejam de fato gozados por toda população brasileira. Em relação a comunidade LGBTI+, em especial mulheres trans e travestis, a falta de oportunidade de inserção na sociedade é sistêmica e recorrente, levando-as às margens sociais e deixando-as sujeitas à violência e à morte. Durante a pandemia do novo coronavírus, a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deixa muito a desejar na proteção da população LGBTI+ mais vulnerável, que carece de programas e políticas públicas de segurança, somando-se ao descaso já existente em relação ao acesso à educação, saúde e mercado de trabalho.

Nesse contexto, o ativismo inter-regional protagonizado por pessoas trans e travestis, como Indianarae Siqueira, Andrea Brazil e Bruna Benevides demonstram que seus laços, frutos de experiências discriminatórias e de resistência, são capazes de serem reverberados ao redor do Brasil. Não só isso, suas lutas agregam todos aqueles pertencentes à comunidade LGBTI+, como Ana Cláudia, voluntária do GDN entrevistada para esse *briefing*. A formação da REBRACA LGBTI+ e sua campanha com a ONG *All Out*, por exemplo, demonstram que a formação de redes solidárias e ativismo virtual também são caminhos possíveis para formação de redes de *advocacy* na defesa de Direitos Humanos em níveis macro. Por isso, é urgente que atenção especial seja dada às vozes amplificadoras daqueles e daquelas em vulnerabilidade social.

A atuação das casas de acolhimento, ONGs e iniciativas LGBTI+ ao redor do Brasil, tornam claro que são elas as que representam a esperança de sobrevivência para pessoas em vulnerabilidade social, em especial pessoas trans e travestis. Pois apesar da gestão necropolítica por parte do Estado, traduzida pela ausência de políticas e ações concretas em nível federal, os ativismos locais continuam trabalhando no sentido de suprir a ausência governamental. Assim, mesmo com os altos índices de violência e preconceito, o exercício da empatia e do acolhimento continua salvando vidas, e redes de ativistas demonstram que o amor e a solidariedade estão na linha de frente da mudança social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS, CAPÍTULO DE LIVRO, LIVROS:

CASTELLS, Manuel. **The Network Society: a cross cultural perspective**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2004.

GARCIA, J., PARKER, R. From Global Discourse to Local Action: The Makings of a Sexual Rights Movement? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 13-41, jul./dez. 2006.

NARRAIN, A.; Queer Love. In: KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A (Ed). **PLURIVERSE: a post-development dictionary**. Nova Délhi: Tulika Books, 2019. p. 286-289.

PICQ, M.; THIEL, M. (ed). In: **Sexualities in World Politics: how LGBTQ claims shape International Relations**. New York: Routledge, 2015.

PRATA FILHO, Ricardo. Review Essay: Dialogues Between Queer International Relations (2016) and Sexualities in World Politics (2015): What Does IR Need to Learn?, **Contexto Internacional** vol. 41(2) May/Aug 2019.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA: **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 12/jun/2020.

RONFELDT, D.; A Long Look Ahead: NGOs, Networks, and Future Social Evolution In: OLSON, R.; REJESKI, D (Ed). **Environmentalism and the Technologies of Tomorrow: Shaping the Next Industrial Revolution**. Washington: Island Press, 2005. p. 89-98.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations**. New York: Oxford University Press, 2016.

DOCUMENTOS, RELATÓRIOS E ESTUDOS:

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABLGT), Associação Nacional de Transexuais e Travestis (Antra). **Mapa da Solidariedade**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9hmksbl>. Acesso em 31/mai/2020.

Associação Nacional de Transexuais e Travestis, **3º Boletim de Assassinatos de pessoas trans e travestis em 2020**, disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em 12/jun/2020.

Associação Nacional de Transexuais e Travestis, **Dicas para Travestis e Mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19**, disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acesso em: 8/jun/2020.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha “Já sabe o que fazer para se proteger do novo coronavírus?”**, disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/Corona_banner_LGBT.pdf. Acesso em 8/jun/2020.

BRASIL. **Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em 12/jun/2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **Resolução Nº 175 de 14 de maio de 2013**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em 12/jun/2020.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Convênio permitirá auxílio a travestis e mulheres transexuais**. Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/10366-Convênio-permitira-auxilio-a-travestis-e-mulheres-transexuais>. Acesso em 15/jun/2020.

HUMANS RIGHT WATCH, **Relatório Mundial 2020 – Brasil**. disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336671>. Acesso em: 12/jun/2020.

MELO, João Alfredo Telles. **O coronavírus não é democrático**, ONDAS BRASIL, disponível em: <https://ondasbrasil.org/o-coronavirus-nao-e-democratico-artigo/>. Acesso em 19/jun/2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia / José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

TRANSGENDER EUROPE, **Trans Murder Monitoring Update Trans Day of Remembrance 2019**. Disponível em: <https://tgeu.org/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2019/>. Acesso em: 12/jun/2020.

United Nations High Commissioner For Refugees, **Service – LGBTI Brazil**, disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/en/coronavirus-atendimento/atendimento-lgbti/>. Acesso em 8/jun/2020.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, “**Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**”, disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 19/jun/2020.

ENTREVISTAS:

BRITO, Ana Cláudia. Entrevista concedida a Gabriel Estill. Via Whatsapp em 18 de junho de 2020.

SIQUEIRA, Indianarae. Entrevista concedida a Gabriel Estill. Via Facebook Messenger em 23 de junho de 2020.

SIQUEIRA, Indianarae. Entrevista concedida a Vogue Brasil. Vogue Pride: Transexualidade e Resistência com Indianarae Siqueira, via Instagram em 18 de junho de 2020, disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CBltXWRIIDP/>. Acesso em 18/jun/2020.

SIQUEIRA, Indianarae. Entrevista concedida ao Fórum TT RJ. A importância das casas de acolhimento LGBTI no Brasil, enfrentamento ao covid 19 e outros males, via Instagram em 10 de junho de 2020, disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CBRhyboJiT5/>. Acesso em 10/jun/2020.

SITES E REDES SOCIAIS:

ALIANÇA NACIONAL LGBTI, **Nota da Aliança Nacional Coronavírus, Prevenção, Direitos, e Medidas Sociais**. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/2020/03/25/nota-da-alianca-nacional-coronavirus-prevencao-direitos-e-medidas-sociais/>. Acesso em: 19/jun/2020.

ALL OUT BRASIL, **LGBT+ Contra o Corona Vírus**, disponível em: <https://www.coronavirus.alloutbrasil.org/>. Acesso em 12/jun/2020.

Associação Nacional de Transexuais e Travestis, **ANTRA PARTICIPA DE CAMPANHA JUNTO A ANISTIA INTERNACIONAL**, disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/05/27/antra-participa-de-campanha-junto-a-anistia-internacional/>. Acesso em 1/jul/2020.

CapacitransRJ, **Projeto Tecido Pela Vida**, disponível em: <http://capacitransrj.com.br/doi-agora-para-o-tecido-pela-vida/>. Acesso em 4/jun/2020.

Fundo FICA. Disponível em: <https://fundofica.org/>. Acesso em 16/jun/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public**, disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em 19/jun/2020.

PHILIPPS, Dom; CHEIBUB, Ian, **'If I don't have sex I'll die of hunger': Covid-19 crisis for Rio's trans sex workers**, The Guardian, disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/may/21/if-i-dont-have-sex-ill-die-of-hunger-covid-19-crisis-for-rios-trans-sex-workers>. Acesso em: 21/mai/2020

PORTAL DO SENADO, “**Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos**”, Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em 12/jun/2020.

Prefeitura do Rio de Janeiro, **Prefeitura do Rio de Janeiro distribui 350 cestas básicas para LGBTs em vulnerabilidade social**, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/cedsrio/exibeconteudo?id=11101497>. Acesso em 8/jun/2020.